



crianças
e pais
com direitos

PORTUGAL COM FUTURO



GRATUIDADE DOS MANUAIS ESCOLARES!

Os manuais escolares continuam a ter um peso significativo nas despesas familiares com a educação.

Em resultado da proposta do PCP, incluída no Orçamento do Estado para 2017 (OE), mais de 350 mil crianças que frequentam o 1.º Ciclo receberam gratuitamente os seus manuais escolares, o que significou uma poupança de 12 milhões de euros para as famílias.

Também por proposta do PCP, no OE para 2018, esta medida será alargada ao 5.º e 6.º anos já no próximo ano lectivo, o que diminuirá as despesas familiares em 22 milhões de euros, cerca de 125 euros por criança abrangida.

O PCP bater-se-á no OE de 2019 para que até ao início do ano lectivo 2019/2020 todos os alunos da escolaridade obrigatória (até ao 12.º ano) recebam gratuitamente os manuais escolares. Essa proposta não será um gasto, mas sim um investimento do Estado de cerca de 200 milhões de euros anuais com impacto muito positivo no orçamento de muitas famílias, uma vez que a despesa média de um agregado familiar com a educação é de cerca de 1090 euros/ano. É um investimento para o futuro, para reduzir o insucesso e abandono escolares.

POUPANÇA DAS FAMÍLIAS POR ALUNO DO 1.º AO 6.º ANO EM 2018/2019

1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	6.º ano
25,74 €	28,87 €	41,05 €	45,23 €	134,86 €	113,32 €

O COMPROMISSO DO PCP

AS FAMÍLIAS PRECISAM DE TER ASSEGURADA A SUA AUTONOMIA ECONÓMICA E SOCIAL

- Criação de um plano nacional de combate à precariedade laboral;
- Aumento geral de salários e do salário mínimo nacional para 650 euros.

AS FAMÍLIAS PRECISAM DE TEMPO PARA VIVER

- Redução do horário de trabalho para as 35 horas para todos os trabalhadores;
- Pelo direito ao transporte público e à mobilidade.

As crianças precisam de tempo. **Tempo para brincar, para dormir, para conviver com a família e com os amigos, para estar ao ar livre.**

As crianças são um bem precioso e quanto maior for o seu desenvolvimento integral melhores perspectivas de desenvolvimento e progresso poderá ter o nosso país.

EM DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS

O PCP tem apresentado iniciativas legislativas visando a adopção de medidas de promoção dos direitos das crianças:

- Alargamento das licenças de maternidade e paternidade;
- Criação de licença específica de prematuridade ou de internamento hospitalar do recém-nascido, adicional à licença de maternidade/paternidade;
- Reforço da Saúde infantil nos Cuidados de Saúde Primários, com pediatras, psicólogos, nutricionistas, entre outros;
- Reforço de direitos de acompanhamento a filho com deficiência, doença crónica ou oncológica, ou em caso de episódio acidental e imprevisto;
- Criação de um Programa Extraordinário de Combate à Pobreza Infantil;
- Criação de uma rede pública de creches;
- Criação de Comissão Nacional dos Direitos das Crianças;
- Reforço das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens;
- Introdução da sesta na educação pré-escolar.

Para o PCP as crianças devem ter os seus direitos salvaguardados e respeitados. Pelo direito a ser criança!



ABONO DE FAMÍLIA DIREITO DAS CRIANÇAS E DOS JOVENS

As opções assumidas pelos governos — PS, PSD e CDS —, acentuaram a desvalorização do abono de família, quer cortando os montantes, quer reduzindo o número de crianças abrangidas.

Entre Dezembro de 2009 e Dezembro de 2015, mais de 600 mil crianças perderam o direito ao abono de família.

A partir de 2016, e fruto da intervenção do PCP, têm sido dados passos positivos na inversão do rumo de cortes nesta prestação social, no aumento dos seus montantes e na ampliação do universo de crianças abrangidas.

Por proposta do PCP, no Orçamento do Estado para 2017, foi consagrada a reposição do 4.º escalão, abrangendo as crianças até aos 3 anos; aumentos progressivos nos montantes para as crianças até aos 3 anos dos três primeiros escalões; valorização dos montantes para as famílias numerosas com duas ou mais crianças entre os 12 e os 36 meses; valorização dos montantes nas situações de monoparentalidade (35%), de deficiência e do abono pré-natal. Em 2018, registam-se novos aumentos.

Acresce o compromisso de que durante a legislatura os valores pagos até aos 36 meses serão progressivamente aproximados dos valores pagos até aos 12 meses no respectivo escalão.

O PCP considera que os montantes do abono de família para as crianças com mais de 3 anos são manifestamente insuficientes.

PELO DIREITO DE **TODAS AS CRIANÇAS** AO ABONO DE FAMÍLIA

Para o PCP o direito ao abono de família constitui um direito da criança e neste sentido continuará a intervir pela reposição dos escalões e pela elevação dos montantes do abono de família, com vista à sua universalidade.



Uma criança até aos 36 meses inserida no 4.º escalão

(agregado com rendimento anual de referência até 14 746,20 euros anuais) em 2015 não recebia abono. Este ano, até Julho receberá 28,61 euros mensais e, a partir de 1 de Julho, passará a receber 38,31 euros. Ao longo do ano de 2018 receberá 401,52 euros.

Uma criança entre os 12 e 36 meses, inserida no

1.º escalão (rendimento anual de referência até 2 949,24 euros), em 2015 recebia apenas 35,19 euros mensais. Em 2018, entre Janeiro e Junho receberá 91,99 euros mensais e a partir de Julho passará a receber 110,77 euros mensais. No ano de 2018 receberá cerca de mais 800 euros do que no ano de 2015.

Num agregado com dois filhos

e cujos rendimentos de referência se situem no 3.º escalão (até 8 846,72 euros anuais), em 2015, a criança entre os 12 e os 36 meses, receberia 53,03 euros de abono. Em 2018 recebe 89,24 euros, e a partir de Julho passará a receber 100,83 euros. No ano de 2018 receberá mais 500 euros do que no ano de 2015.

DEP/PCP 2018

JUNTA A TUA À NOSSA VOZ
ADERE AO PCP!



NOME

MORADA

CÓDIGO POSTAL

CIDADE

TELEFONE

E-MAIL

Recorte e envie para: Partido Comunista Português, R. Soeiro Pereira Gomes, 3, 1600-196 Lisboa.